SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/06/2015 - Instituto Telecom

Para teles, se OTTs não pagarem, a conta da neutralidade irá para o usuário

No debate que envolve a neutralidade de rede, as operadoras têm usado diferentes adjetivos para reclamar a perda de uma fonte adicional de recursos. Enquanto o Marco Civil da Internet era apenas um projeto, apontaram prejuízos por ela ser "irrestrita". Colocada em votação no Congresso, queixaram-se de ela ser "inflexível". Agora, a caminho da regulamentação, o pecado da neutralidade é ser "dogmática".

Mas se os qualificativos mudam, o centro da discussão continua o mesmo: como garantir às detentoras das redes uma fonte extra de receitas. "Telecomunicações é um serviço pago. Os investimentos em redes precisam de retorno. No mundo de dados, os usuários continuam pagando a conta deles. O problema é que quem ocupa a rede é conteúdo e aplicações. E onde este fluxo de conteúdo e aplicações contribui para manter a rede não está claro", diz o vice-presidente da TIM, Mario Girasole.

É o próprio Girasole quem defende que telecom é um mercado de dois lados, sustentando que essa é a realidade de um negócio que atua tanto no varejo como no atacado. Ao transpor essa visão para os negócios criados a partir da internet, o executivo ecoa a queixa que vai se tornando clássica: "Ao mesmo serviço deve ser aplicado a mesma regra. Não pode existir freeriders regulatórios, serviços substitutos que não tem regras".

Os 'caroneiros' regulatórios, portanto, são serviços como Skype ou WhatsApp, que se valem das redes de telecom para oferecer 'substitutos' de voz e mensagens mas, no entanto, não estão sujeitos a normas reguladoras de telecomunicações. São os mesmos serviços e aplicações que, conforme o executivo, não parecem contribuir com as redes. "Ou as redes se financiam dos dois lados, ou botamos tudo nas costas do usuário", conclui.

Daí a defesa de uma neutralidade "pragmática", virtuosa no sentido de garantir "flexibilidade de negócios em beneficio do consumidor e ampla competição". Ela seria muito mais desejável em contraposição a uma neutralidade "dogmática", que, nas palavras do vice-presidente da TIM, impediria as teles de atuarem como suas novas concorrentes. Nessa neutralidade "dogmática", "fica vedado tudo que não seja 'tubo burro'".

As operadoras resistem a serem os 'tubos burros', ou 'utilities' – que é exatamente o que são e com o que ganham a maior parte de suas receitas. Por isso, de um lado querem atuar na oferta de conteúdo e aplicações, ao mesmo tempo em que mantém o poder de barganha sobre quem pode ou não utilizar suas redes. É isso o novo mercado de dois lados defendido – a ideia de que os usuários pagam de um lado e que os provedores de aplicações pagam de outro.

Mas isso já acontece. Os internautas pagam para acessar a internet e os provedores de conteúdo também. A reclamação é de que deveria haver espaço para uma taxa extra – jamais chamada dessa forma – sobre aqueles aplicativos que demandam mais banda. E tudo indica que as teles ainda veem espaço para isso na regulamentação da neutralidade. "Precisamos chegar a um ponto final deste debate. Uma palavra escrita de uma forma ou de outra tem relevância em termos de possibilidades de negócios ou impedimentos, o que para uma operadora é brutal", completou Girasole.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/06/2015 - Instituto Telecom

Anatel confirma vencedoras do leilão de satélite

A agência publicou hoje no DOU a habilitação das três empresas que levaram quatro posições orbitais brasileiras por R$ 183,7 milhões.

A Anatel confirmou hoje, 8, com publicação no Diário Oficial da União (DOU) a habilitação das três empresas que participaram do leilão de posição orbital, realizado no último dia 26 de maio. A agência arrecadou um total de R$ 183,7 milhões, com ágio médio de 70%.

A Telesat Brasil comprou duas posições orbitais aos preços de R$ 42,5 milhões e R$ 46, 860 milhões. A estreante Star Satellite comprou a terceira posição por R$ 44,1 milhões e a Hispamar comprou a quarta posição porR$ 50,295 milhões

08/06/2015 - Teletime

TIM defende uma neutralidade pragmática, não dogmática

A adoção de um conceito dogmático de neutralidade de rede pode gerar maior concentração de mercado ou a necessidade de maior intervenção do Estado na execução e controle de infraestrutura de telecomunicações. O alerta foi feito pelo vice-presidente de assuntos institucionais da TIM, Mario Girasole, durante seminário internacional sobre neutralidade de rede realizado na FGV, no Rio de Janeiro, nesta segunda-feira, 8.

Na opinião do executivo, a neutralidade de rede deve ser pragmática, garantindo liberdade para a inovação nos modelos de negócios. Girasole deixou claro após a palestra que não considera o Marco Civil da Internet aprovado no Brasil como tendo um conceito dogmático de neutralidade de rede, até porque estão previstos no texto dois tipos de exceção (para serviços de emergência ou quando for essencial para a prestação de um determinado serviço).

Girsole defendeu que o consumidor esteja no centro do debate regulatório de Internet e telecomunicações daqui em diante, o que representaria uma nova fase na história das regulamentações, ou a "regulamentação 3.0", como chama.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/06/2015 - Brasil de Fato

Pesquisa confirma que SUS é o maior provedor de saúde no país

Dados mostram que atendimento primário na saúde já atinge metade da população.

O Ministério da Saúde divulgou uma pesquisa realizada em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na qual avalia como a população brasileira utiliza o Sistema Único de Saúde (SUS). O relatório foi lançado na última terça-feira (2).

Mais de 64 mil domicílios em 1.600 municípios de todo o país foram consultados entre agosto de 2013 e fevereiro de 2014, fazendo desta uma das pesquisas mais completas sobre a saúde no país.

"Os vários números levantados demonstram que estamos atendendo objetivamente e de forma igualitária a todos, além de permitir desconstruir a imagem criada no Brasil de que o SUS não atende a população", disse o ministro da Saúde, Arthur Chioro.

Internações

A pesquisa aponta que das 12,1 milhões de pessoas que foram internadas em um período de doze meses, 8 milhões (65,7%) foram pelo SUS. Os dados também revelam que as internações na rede pública têm um peso ainda maior nas regiões Norte (73,9%) e Nordeste (76,5%), chegando a corresponder a três em cada quatro internações.

De acordo com Thiago Silva, médico de saúde da família, os números mostram que "o SUS é o maior provedor de serviços de saúde do país. O SUS cobre toda a população brasileira; mesmo que boa parte desses internamentos possam ocorrer em hospitais privados, eles são pagos pelo SUS".

Saúde da Família

A pesquisa indica que população brasileira cada vez mais tem consciência da importância do atendimento primário da saúde: as unidades básicas de saúde foram consideradas a primeira opção na busca de atendimento por 47,9% da população, e mais da metade dos lares do país já são cadastrados na estratégia de Saúde da Família. A intenção do Ministério é que o número de cadastros chegue em 70% até 2018.

"Anos atrás, o número de pessoas que procuravam as unidades básicas era bem menor. O que acontece é que os pacientes estão valorizando a saúde da família: eles vão a uma unidade básica, são bem atendidos, o problema foi resolvido e o posto é perto da casa, sem ter que pegar fila no hospital ou marcando consultas durante meses com especialistas", avalia Thiago.

Os dados da pesquisa mostram que entre 2010 e 2014, houve um crescimento de 19,8% do total de equipes de saúde da família, passando de 31.660 para 37.944. Os investimentos federais na atenção básica mais que dobraram – crescimento de 106% nos últimos quatro anos, chegando a R$ 20 bilhões em 2014.

Público x Privado

Os dados da pesquisa também revela a diferença de propósito entre o sistema público e o privado de saúde. O principal procedimento realizado entre as pessoas que ficaram internadas no SUS foi o tratamento clínico (42,4%) seguido por cirurgias (24,2%) e partos (13,1%). Na saúde privada, as cirurgias correspondem a 41,7% das internações, os tratamentos clínicos respondem por 29,8%, e os partos, 11,8%.

As internações para partos normal ou cesárea também têm perfis diferentes na saúde pública e na privada. No SUS, 7,2% das internações são para parto normal, e 5,9% para cesarianas. Já na rede privada, as internações para cesarianas (9,7%) são mais frequentes que para o parto normal (2,1%).

Segundo Thiago, "os médicos que atendem na rede privada ganham mais a cada procedimento que fazem, então quanto mais rápido, melhor. Eles programam várias cesáreas num dia, porque é rápido. O médico vai, anestesia a mulher, tira o menino e acabou. O parto normal depende da paciente, é mais demorado, pode se arrastar por um ou dois dias, o médico tem que acompanhar a mulher hora a hora. Dá mais trabalho para a equipe de saúde".

O mesmo acontece com as cirurgias. "O hospital estimula o médico a fazer mais cirurgia. Vemos um monte de procedimentos cirúrgicos desnecessários em hospitais. O setor privado faz o mais rentável, e o modelo cirúrgico é mais lucrativo que o clínico", afirma o médico.

Além disso, sem o sistema público de saúde, o sistema privado não existiria. Segundo estudo do Ipea de 2011, a isenção no imposto de renda para quem tem plano de saúde retira dos cofres públicos R$16 bilhões.

Parto

Moradora de Recife, Natalia Paulino tem 32 anos e é militante da ONG Asa Brasil. Em 2013, engravidou, e teve seu filho, Miguel, no dia 7 de janeiro de 2014. Natalia optou desde o início pelo parto normal, e todo o acompanhamento da sua gravidez foi feito pelo SUS.

"Optei pelo parto normal porque acho que era a forma mais saudável de se ter a criança. Não gostaria de passar por uma cirurgia, pelo medo que as consequências do processo poderiam ter para mim e para o bebê em relação à anestesia, medicação e dores. A rede pública, diferente da privada, coloca o parto normal como prioridade".

Seus exames pré-natal e o parto foram realizados no Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP), hospital tido como referência na questão de parto normal.

"Ia todo mês ao hospital. Saía as 4:30 de casa para ser atendida às 11. Fila pra cá, ficha pra lá... mas era bem atendida. Sempre por médicas mulheres, as conversas eram rápidas, 10 minutos de consulta. Depois passei a ser atendida por enfermeiras, que passavam mais tempo comigo, explicavam mais coisas e diziam coisas que as médicas não disseram. As perguntas são bem diretas; não tem discriminação se a pessoa não é casada ou não está acompanhada, como foi o meu caso de gravidez de mãe solteira".

Natalia considera que o momento do parto e o atendimento posterior devem ser melhorados. Ainda assim, acredita que a rede pública está mais próxima de uma modelo humanizado do que a privada. "Eu esperava um acompanhamento melhor. Infelizmente, em Recife, falta essa atenção ainda. Depois do parto fiquei quatro dias no hospital. A limpeza era difícil também. O banheiro estava entupido, a água batia na canela. Mas, no final das contas, se engravidasse novamente, iria procurar de alguma forma fazer com um médico mais participativo nessa área de parto humanizado, e faria no público, mesmo tendo plano de saúde, porque é a rede pública é a única que dá atenção ao parto normal hoje".

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/06/2015 - Altamiro Borges

Deu na Veja: "Menos escola, mais prisões"

Quem achou que a agressão moral praticada por um dos "ideólogos" do grupo fascista "Revoltados On Line" a um frentista seria o fundo do poço da ultradireita brasileira, errou. Mesmo as agressões físicas que os neofascistas tupiniquins vêm praticando não se comparam a recente ato criminoso praticado pelo colunista da revista Veja Rodrigo Constantino.

Em seu "blog", asquerosamente instalado no portal da revista semanal, esse elemento publicou um post cujo título é mais do que suficiente para definir não apenas a "obra", mas o autor: "Menos escolas, mais prisões!"

Um texto com esse título não precisa ser lido para ser repudiado. Infelizmente, por falta de Educação e excesso de encarceramentos até mesmo os setores mais instruídos da sociedade têm o péssimo hábito de ler apenas os títulos dos textos, que, na era da avalanche de informações na internet, têm que resumir o conteúdo a que remetem para não ser ignorados.

Houve tempo em que um título bem engendrado estimulava o leitor a descobrir o conteúdo a que remetia. Hoje, porém, as pessoas formam conceitos com base em frases curtas que intitulam textos que frequentemente não dizem o que a chamada insinua. Desse modo, uma frase como a que intitula o post do colunista da Veja tem, por si só, um efeito altamente danoso.

Só por isso o texto "Menos escolas, mais prisões" já deveria ser repudiado, pois quem escreve em um veículo de grande alcance tem que ter responsabilidade. Todavia, a leitura completa dessa excrescência elucubrada por Constantino não atenua a barbaridade que é o título.

Ao ser cobrado por seus leitores pela barbaridade que cometeu, Constantino ainda tentou minimizar seu crime de lesa-pátria – e, muito provavelmente, de lesa-humanidade – com um post scriptum que acusa quem ficou chocado de "não saber" o que é uma "hipérbole", que é o que teria usado no título.

Eis o remendo de Constantino:

"PS: Algum esquerdista qualquer divulgou esse meu texto e o blog foi invadido por bárbaros. Já tem até gente pedindo minha prisão pelo texto, ou seja, querem mais prisão para gente como eu, não para o assassino do médico ciclista Jaime Gold. É que são grandes humanistas, como Lenin, Stalin e Che. Ironicamente, eles me dão razão, corroboram a crítica de que temos uma péssima qualidade de ensino. Só sabem me xingar de "fascista", não entenderam a crítica que faço ao sistema de ensino, não sabem o que significa "hipérbole" e ainda negam que exista doutrinação marxista em nossas escolas. Alguns leram apenas o título! Ou seja, uns alienados deformados justamente por esse ensino que critico, e gente que, por isso, acha que não precisamos de mais prisões ou do fim dessa doutrinação da qual foram vítimas"

Quem, evidentemente, não sabe o que é uma hipérbole é o próprio Constantino. Senão, vejamos: hipérbole é um recurso de estilo que se baseia em um exagero altamente evidente e propositado para conferir dramaticidade a uma ideia. Exemplo: se eu digo que já expliquei alguma coisa "um bilhão de vezes" a alguém, é evidente que se trata de uma figura de linguagem porque ninguém conseguiria explicar nada tantas vezes. Não é necessário, pois, explicar que, em verdade, a explicação não foi repetida nessa proporção. Isso é uma legítima hipérbole.

Não é o caso do título do texto de Constantino, pois já no primeiro parágrafo o autor justifica a proposta maluca de construirmos menos escolas e mais prisões.

"Não há discurso mais fácil do que repetir que a solução é mais educação. Nada mais é preciso depois dessa sentença mágica: seu autor é automaticamente visto como um ser nobre, sensível, um humanista. Quem pode ser contra mais educação? Claro que o debate sério e honesto deverá ser qualificado depois: qual educação? Quem paga? Que modelo? E esse ensino público que temos? Será que mais dinheiro público resolve mesmo? E há garantia de que mais escolas levam a menos crime, por exemplo? (…)".

Quem paga pela Educação para quem quiser estudar e não tiver dinheiro para pagar escola? Em qualquer país civilizado, é o Estado. Até mesmo na Disneylândia do neoliberalismo, os Estados Unidos, o Estado banca Educação para todos. Nesse primeiro parágrafo, porém, Constantino põe em questão a mera existência do ensino público e gratuito.

Como se não bastasse, ainda formula uma questão cuja resposta não pode ser outra a não ser um sonoro SIM. Nem o neoliberal mais empedernido duvidaria de que Educação para quem não tem acesso certamente não eliminaria a opção de todos pela criminalidade, mas, por certo, reduziria o contingente dos que fazem essa opção.

Há uma vastidão de trabalhos científicos que dão conta de que a Educação é um poderoso instrumento de combate à criminalidade. Quem não sabe disso?

Um exemplo: a potencialidade da escola como um fator para influenciar o comportamento dos alunos e reduzir a violência foi comprovada pela economista Kalinca Léia Becker em sua tese de doutorado realizada no programa de pós-graduação em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultutra Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, em Piracicaba. A pesquisa foi orientada por Ana Lúcia Kassouf, professora do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES) da Esalq e mostra que quando ocorre o investimento de 1% na educação, 0,1% do índice de criminalidade é reduzido.

Se formos buscar estudos que comprovem o potencial da Educação no combate à degeneração moral das sociedades, haverá tanto material disponível que demoraria uma vida para ler.

Leia mais em:
http://altamiroborges.blogspot.com.br/2015/06/deu-na--veja-menos-escola-mais-prisoes.html